

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



TRADIÇÃO E REVOLUÇÃO

HOMENAGEM A LUÍS REIS TORCAL

VOLUME 29, 2008

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

de uma administração extremamente rarefeita, fora do distrito de Lisboa. A distribuição funcional dos empregados mostra ainda que a ampliação das funções do Estado era relativa, já que houve um aumento nas áreas da economia e das finanças, mas ensino, cultura e assistência eram sectores ainda com pouco significado.

Termino com o artigo de Jaime Reis sobre a gestão de pessoal no Banco de Portugal, entre 1846 e 1914, inovador na historiografia portuguesa, pelo seu objecto - a burocracia de uma empresa privada - distinto do dos restantes textos desta colectânea. A sua inclusão neste volume chama justamente a atenção para a necessidade de alargar o âmbito dos estudos, de forma a incluir outras organizações, como a Igreja e, dentro do próprio Estado, sectores importantes, a respeito dos quais o nosso conhecimento necessita de ser aprofundado, como é o caso, por exemplo, do exército.

Em resumo, depois de tudo o que se escreveu *Burocracia, Estado e Território* é um livro cuja leitura se recomenda vivamente, pela qualidade dos textos que reúne e pelas pistas que abre neste campo de investigação que tem revelado algum dinamismo nos últimos anos.

Luís Nuno Espinha da Silveira

A solidão de uma biblioteca fascista

Jorge Pais de Sousa, *Uma Biblioteca Fascista em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007, Colecção Estudos - Humanidades, 144 pp.

Jorge Pais de Sousa publicou o catálogo do denominado Fundo Fascista formado pelo acervo das publicações do período fascista (1922- -1943/45) constante do Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 793 títulos descritos, 42 metros lineares tabelados, de carácter monográfico ou periódico que começaram a ser depositados a partir de 1928, sob o patrocínio do governo de Mussolini, na Sala Italiana no antigo edifício das Letras. Em 1958, trasladada a Faculdade, com ela veio o núcleo bibliotecário para o actual edifício, numa época em que se tornava já dolente ou politicamente grosseira qualquer reminiscência da matricial cumplicidade ideológica, a qual, no entanto (porque são *livros*, vigia diacrónica), se guardava como relíquia da *parusia* arruinada, forrando estantes. Cumpria a biblioteca exílio no corredor do 5º piso, entregue à expiação nemésica e à essencial função de não-visibility.

Ao desenterrar, sob proposta de Reis Torgal e Rita Marnoto, da solidão e da invisibilidade o Fundo Fascista, o autor reconstitui no estudo preliminar os

fragmentos da história intelectual das relações densas e dos imaginários que se traficaram à volta ou a propósito do acervo, cuja formação correspondeu à fase de intensificação da propaganda fascista e, inclusive, à tentativa de internacionalização, sob a hegemonia do *duce*, da bíblia corporativa, belicista e nacional que o *faseio* pretendeu assumir, mobilizando a *cultura viva* como instrumento de divulgação (ou vulgarização?) da *política da morte* e promovendo paradas de milícias fascistas infantojuvenis que pacífica mas simbolicamente invadem Lisboa e Cascais em 1929. O general Carmona, ditador *in partibus*, sustém a invasão dos camisinhas negras beijando o mais pequeno Mussolini, Bruno. Esta *in-tenção* expansiva e propagandística seria clarificada quando em Lisboa abriu, em 1936, o Instituto de Cultura Italiana de Portugal, do qual o *Istituto Italiano di Coimbra* seria agora secção ou filial e lançar desde 1939 revista própria, *Estudos Italianos em Portugal*, título ainda hoje editado. Por esse motivo, em 1940, a biblioteca italiana saiu das portas férreas e rumou para a Baixa da cidade, à Av. Navarro.

Faculdade e Estudos Italianos acolheram de bom grado as remessas dos laboratórios de papel, em fase ainda de consolidação dos novos estudos humanísticos que a República promovera em 1911; e em fase de afirmação nacional e internacional que a revista *Biblos* e os Cursos de Férias pretendiam assegurar desde 1925. Leitores, docentes ou divulgadores da cultura italiana (Vitaletti, Batelli, ao que parece Di Poppe, Leo Magnino) benquistos pelo *stato* romano e devidamente inscritos no PNF, à semelhança com o que se passava com os congéneres colaboradores do Instituto germânico (no NSDAP), alguns de grande nível intelectual, como A. E. Beau, encontram bom acolhimento na Universidade que, no mesmo tempo, expatriava o pensamento democrático, varria os vestígios da democracia e autonomia internas e reprimia ou expulsava professores, indexados por "pecadores universitários", na expressão autorizada de Silvio Lima. Por protecção de Carneiro Pacheco, filofascista confesso, seria a cátedra dos estudos italianos entregue ao "português" Luigi Federzoni (1948-1951), ex-presidente do Senado fascista, da Real Academia Italiana, editor da Enciclopédia fascista, figura de proa caída em desgraça no pós-guerra, relapso a condenações antes decretadas pelos fascistas da República de Saló, foragido à prisão dos Aliados, que encontraria por Lisboa e Coimbra, poiso certo para as suas várias sabedorias.

O estudo não desenterrou apenas uma biblioteca fascista (abrangente, que se desenrola sobre artes e literaturas, cultura e ideologia, assistência "nacional" e corporativismo, englobando os discursos jurídicos sobre o estado totalitário, política internacional e relações com a Igreja, jornais e revistas doutrinários), sepultada na solidão do passado onde, contudo, gozara de sincrónica simpatia: permite a reavaliação histórica das relações

políticas, culturais e intelectuais estabelecidas entre o *estado novo* e o fascismo italiano, indiciando a perspectiva comparada, já utilizada por outros autores, mas que urge transpor numa metodologia de alastramento, mormente para as áreas das políticas de instrução e "educação", colonial, diplomática e militar. No mesmo lanço, o estudo permite compreender de modo mais claro como a endógena pulsão fascizante do salazarismo (1932-1942) correspondia, em parte, a uma exógena pressão "cultural" e a uma ofensiva diplomática do fascismo. Pressão em função da qual, com a imposição crescente dos discursos do situacionismo ruralista, do corporativismo mitigado, do casticismo católico-céntrico, promovidos a verdadeiras mediações autóctones, o Estado Novo respondia, *nacionalizando* a pretensão intemacionalista e hegemonzadora do fascismo de Mussolini, ao mesmo tempo que minimizava e reconvertia num "universo interior" o discurso doméstico do Império.

Paulo Archer